

MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO E INCLUSÃO FINANCEIRA: ANÁLISE DOS INDICADORES DO CREDIAMIGO

Otávio Oliveira Silveira[1]
Luciana Maria Costa Cordeiro[2]

Introdução: o acesso ao crédito constitui vetor de desenvolvimento econômico e mitigação de desigualdades, especialmente para populações historicamente excluídas do sistema financeiro tradicional. A literatura econômica reconhece que falhas de mercado decorrentes de assimetrias de informação, de elevados custos de transação e da exigência de garantias reais geram fenômenos de racionamento de crédito que excluem a população de baixa renda do circuito formal de financiamento (Stiglitz; Weiss, 1981). Nesse contexto, o microcrédito emerge como instrumento estratégico de inclusão financeira ao adotar metodologias específicas, como o aval solidário e o acompanhamento técnico por agentes de crédito, que viabilizam economicamente a oferta de pequenos empréstimos a um público até então desbancarizado (Barone *et al.*, 2002). No Brasil, o marco regulatório foi consolidado pela Lei nº 11.110/2005, que instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), e posteriormente ampliado pela Lei nº 13.636/2018, que incorporou o uso de tecnologias digitais ao processo de orientação dos tomadores de crédito (Brasil, 2005; 2018). Entre as iniciativas nacionais, destaca-se o CrediAmigo, programa de microcrédito produtivo orientado do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), criado em 1998, que se consolidou como o maior programa de microfinanças urbanas da América do Sul (BNB, 2025). Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a evolução do CrediAmigo no período de 2021 a 2025, examinando indicadores de desempenho como volume de desembolsos, número de operações, *ticket* médio, perfil dos beneficiários, distribuição territorial e taxas de inadimplência, a fim de avaliar sua contribuição para a inclusão financeira e o desenvolvimento socioeconômico regional. **Método:** a pesquisa caracteriza-se como descritiva, documental e bibliográfica. Os dados analisados foram extraídos dos Relatórios de Microfinanças do BNB referentes aos exercícios de 2021 a 2025; fontes institucionais de natureza secundária adequadas pela sua oficialidade e periodicidade regular. O recorte temporal justifica-se por abranger o período de consolidação da digitalização do programa, o ciclo pós-pandemia da Covid-19 e a integração com novas políticas públicas, como o Desenrola CrediAmigo (2024) e o Programa Acredita no Primeiro Passo (2024–2025). As variáveis foram organizadas conforme a abordagem multidimensional da inclusão financeira proposta por Sarma (2008), estruturando-se em quatro eixos: alcance e penetração, volume e intensidade financeira, distribuição territorial e perfil socioeconômico dos beneficiários. Os procedimentos analíticos contemplam o uso de estatística descritiva e o cálculo da taxa média de crescimento composto (CAGR), complementados por uma análise bibliométrica da produção acadêmica sobre o tema, indexada na base *Web of Science (WoS)* e operacionalizada por meio do *software VOSviewer*. **Resultados:** a trajetória do alcance do CrediAmigo revela movimento em forma de U, em que os clientes ativos passaram de 2,47 milhões em 2021 para 2,18 milhões em 2025, com CAGR de –2,99. O valor total desembolsado recuou de R$ 12,69 bilhões (2021) para R$ 10,62 bilhões (2022) e alcançou recorde histórico de R$ 13,42 bilhões em 2025, com CAGR de +1,41%. O *ticket* médio apresentou trajetória estritamente ascendente desde 2022, passando de R$ 2.966,27 (2021) para R$ 3.259,69 (2025), com CAGR de +2,39%, o que aponta para aprofundamento da intensidade do financiamento por beneficiário (Tab. 1). A inadimplência escalou para 5,78% em 2022, porém recuou para 2,58% em 2024, patamar inferior ao nível pré-crise de 2021 (3,70%). A distribuição territorial revelou concentração persistente: o Ceará respondeu por 27,24% da carteira ativa em 2025, e os três maiores estados (Ceará, Bahia e Maranhão) concentraram 54,56% do total. No perfil

[1] Mestrando em Economia pelo PPGDEE/UNIMONTES e Bolsista FAPEMIG. otaviolivesil@gmail.com
[2] Professora do PPGDEE/UNIMONTES, Doutora em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). luciana.cordeiro@unimontes.br



dos beneficiários, as mulheres representaram 67,6% dos clientes em 2025, confirmando o caráter de gênero do programa. O comércio respondeu por 82,5% da composição setorial, embora o setor de serviços tenha avançado de 12,0% para 15,7% no período. As faixas de menor renda contraíram-se sistematicamente, enquanto as superiores expandiram-se, com destaque para a faixa acima de R$ 5.000, que cresceu 128% em participação relativa. Em relação à análise bibliométrica empreendida (Fig.1), a análise de coocorrência de palavras-chave identificou quatro clusters temáticos: vulnerabilidade e risco social, ligados às raízes assistencialistas das microfinanças (vermelho); inclusão financeira e empoderamento, com gênero e tecnologias digitais (verde); empreendedorismo, crescimento econômico e desenvolvimento local, sob enfoque produtivista (amarelo); e avaliação de impacto e métodos quantitativos, associados à demanda por evidências empíricas rigorosas (azul). A articulação entre eles indica a maturação do campo, que passou de uma lógica assistencialista para um ecossistema integrado de desenvolvimento humano, mercado e avaliação de resultados. **Discussão:** os resultados evidenciam que o CrediAmigo opera como mecanismo institucional de superação do racionamento de crédito descrito por Stiglitz e Weiss (1981), preservando sua capacidade de reposição da base de clientes mesmo em ambiente macroeconômico adverso, o que é coerente com a definição de inclusão financeira como processo dinâmico formulada pelo Banco Central do Brasil (2021). A dinâmica observada é compatível com o que Higgins e Neves (2016) descrevem como combinação entre disciplina bancária e inserção social, que permite ao programa absorver choques e recompor sua trajetória sem comprometer os pilares metodológicos das microfinanças. **Considerações Finais:** o quinquênio 2021–2025 configura ciclo de ajuste e retomada, no qual o CrediAmigo demonstrou resiliência operacional e capacidade adaptativa. Sob a abordagem multidimensional da inclusão financeira, observa-se desaceleração na dimensão de penetração, estabilidade na disponibilidade territorial com avanço da digitalização, e intensificação efetiva na dimensão de uso, traduzida no crescimento do volume desembolsado e do *ticket* médio no biênio 2024–2025. A redução da inadimplência para patamar inferior ao pré-crise reforça a viabilidade econômica do crédito a populações vulneráveis sob metodologia adequada, contrariando a percepção convencional derivada da teoria do racionamento. Os desafios remanescentes, como o equilíbrio distributivo entre estados e a continuidade da digitalização sem exclusão dos segmentos mais vulneráveis, configuram a fronteira de expansão do programa. As limitações incluem a dependência de fonte institucional única e a ausência de técnicas inferenciais. Sugere-se, para estudos futuros, a investigação causal das divergências de crescimento entre estados e a avaliação do impacto da digitalização sobre o acesso efetivo dos microempreendedores de menor renda.

Palavras-chave: Microcrédito. Inclusão financeira. Microfinanças. Desenvolvimento regional.

Agradecimentos: Este trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), processo nº APQ-03530-25.

Referências:

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Relatório de Cidadania Financeira 2021*. Brasília: BCB, 2021. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2021.pdf. Acesso em: 7 maio 2026.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – BNB. CrediAmigo: como funciona o maior programa de microcrédito produtivo e orientado da América do Sul. Fortaleza: BNB, 2025. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/crediamigo/sobre. Acesso em: 7 maio 2026.

BARONE, F. M. *et al. Introdução ao microcrédito*. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BRASIL. Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 26 abr. 2005.

BRASIL. Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018. Dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 21 mar. 2018.



HIGGINS, S. S.; NEVES, J. A. B. Insulamento burocrático, inserção social e políticas públicas no Brasil: o caso do CrediAmigo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 24, n. 59, p. 119-139, set. 2016.

SARMA, M. *Index of Financial Inclusion*. (Working Paper, n. 215). New Delhi: ICRIER, 2008.

SOARES, R. B.; BARRETO, F. A.; AZEVEDO, M. T. Condicionantes da saída da pobreza com microcrédito: o caso dos clientes do Crediamigo. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 119-142, jan./mar. 2011.

STIGLITZ, J. E.; WEISS, A. Credit rationing in markets with imperfect information. *The American Economic Review*, Pittsburgh, v. 71, n. 3, p. 393-410, jun. 1981.

Tabela 1. Indicadores financeiros do CrediAmigo (2021–2025)

Variável	2021	2022	2023	2024	2025
Clientes ativos (mi)	2,47	2,08	1,99	2,07	2,18
Clientes novos atendidos (mi)	0,46	0,28	0,32	0,37	0,38
Quantidade de empréstimos (mi)	4,28	3,40	3,56	3,89	4,12
Valor desembolsado (R$ bi)	12,69	10,62	10,64	12,10	13,42
Ticket médio (R$)	2.966,27	2.927,21	2.990,41	3.101,49	3.259,69

Fonte: Elaboração própria a partir dos Relatórios de Microfinanças do BNB (2021–2025).

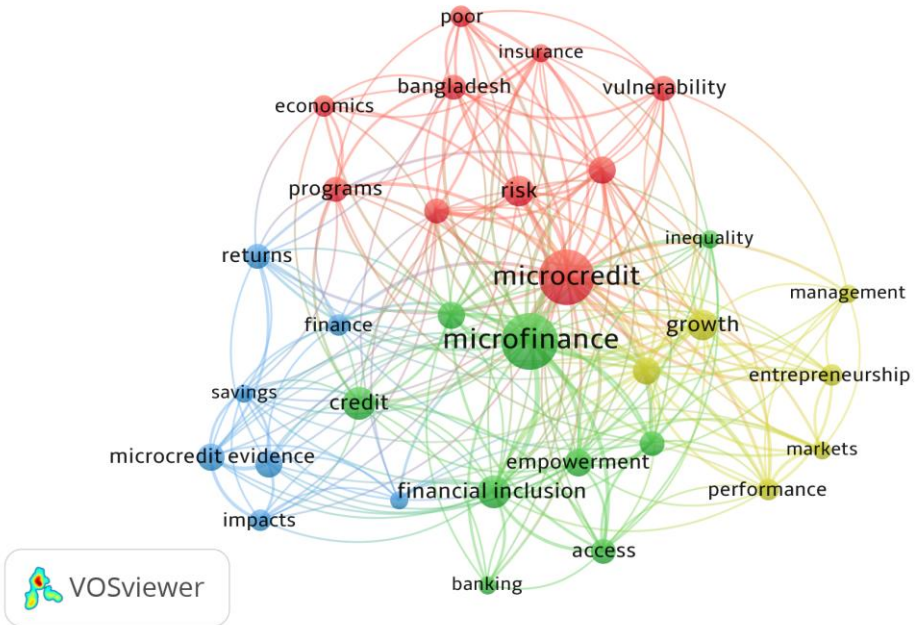


Figura 1 - Rede de coocorrência de palavras-chave da pesquisa extraída da base da *WoS*

Fonte: Elaboração própria, através do *VOSviewer*.